



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**EMPREENDER NO BRASIL: Da necessidade ao Sonho. Fatores
históricos, políticos, econômicos e sociais.**

Leonardo Cassiano Silva *

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a origem empreendedora, sua evolução e reinvenção ao longo dos séculos, correlacionando com o Brasil, e seus problemas conjunturais. Buscou-se como método a leitura de vários autores renomados, e especialistas no assunto, trazendo a partir de pesquisa exploratória, suas obras, opiniões, entendimentos e conclusões a cerca do tema. Para tal fora apresentada as explicações dadas a partir da análise do termo empreendedorismo e as afirmações que podem ser feitas para justificar avanços, ou não, da economia de um país, ou mesmo a ausência de correlação entre empreendedorismo contribuinte para o desenvolvimento. Ainda que o Brasil seja uma nação que figure entre os países mais empreendedores do mundo, as vias pelas quais nos levam a este patamar não são seguras e ainda cheias de vulnerabilidades, principalmente do ponto de vista educacional para criação dos fundamentos do conhecimento acerca deste universo de escolhas, e as bases que a educação formará nos empreendedores.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Empreendedores. Oportunidade. Necessidade. Brasil.

* Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Empreendedora em Projetos, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Baiocchi de Macedo.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscou-se apresentar a desmistificação do empreendedorismo como modismo, ou tendência passageira, bem como os dois mais importantes atores empreendedores Brasileiros. O empreendedor por necessidade e o empreendedor por oportunidade. Apresentaremos passagens que tratam das relações humanas de comércio pelos caminhos da história, como também acompanhamentos globais de medição da atividade empreendedora, informando as razões pelas quais a posição do Brasil entre os principais países empreendedores do mundo não é robusta e totalmente sustentável, do ponto de vista de ajuda no crescimento. As razões para isto foram exploradas na descrição das políticas públicas, ou a falta delas, de maneira a garantir esta análise.

Os objetivos do presente trabalho são: Apresentar a origem empreendedora, sua evolução e reinvenção ao longo dos séculos, correlacionando com o Brasil, e seus problemas conjunturais. Especificamente vamos identificar a origem do empreendedor por oportunidade, bem como enxergar as vulnerabilidades que forçam o empreendedorismo por necessidade. Soma-se a isto, as explicações sobre as mais recentes políticas públicas para fomento de empreendedores no Brasil.

Para chegar a esses objetivos, procedeu-se com a leitura de vários autores renomados e especialistas no assunto, trazendo a partir de pesquisa exploratória, suas opiniões, entendimentos e conclusões a cerca do tema.

O presente trabalho está estruturado nas seguintes seções: na seção 2 está elencado as dificuldades de reunião de definições sobre o tema e a apresentação dos principais atores Brasileiros na jornada empreendedora. Ainda na Seção 2 serão detalhados os empreendedores de oportunidade na subseção 2.1, e os de necessidade na seção 2.2. Para a Seção 3 apresenta-se as fragilidades de infraestrutura Brasileira para solidificação do empreendedorismo e as recentes políticas públicas para fomento de empreendedores. Fechando o artigo trazemos a toma pontos de vistas sobre a correlação empreendedorismo e desenvolvimento econômico.

2 ENTENDENDO O EMPREENDEDORISMO A PARTIR DE SUA HISTÓRIA

Ainda que o termo “*empreendedorismo*” seja um tema bastante conhecido e discutido nos dias de hoje, suas bases, ou o que ele representa, sempre esteve em voga nos muitos capítulos da história da humanidade. Dolabela (2008) afirma que o empreendedorismo não é um tema moderno, ou uma tendência passageira, modismo, ao contrário, sempre existiu desde a primeira ação humana inovadora com princípio de melhorar as relações do homem uns com os outros e com o meio que o permeia.

O tema, entretanto não vem acompanhado de aumento singular, ou proporcional do que hoje representa, no que tange pesquisas acadêmicas relacionadas às definições e catalogação da evolução do empreendedorismo. O que se pode identificar são “décadas de estudos inconclusivos e teoricamente pouco embasados” (TASIC; ANDREASSI, 2007, p.2), seja para fundamentar os estudos que buscam confirmar a influência do empreendedorismo no processo de amadurecimento e desenvolvimento sócio econômico dos países (FONTENELE; MOURA; LEOCÁDIO, 2010), quanto ao que se refere aos estudos mais críticos em relação ao tema (LEITE; MELO 2008; OGBOR, 2000).

Em meio a tantos anos de história, porém sem uma clara organização de ideias e ideais, o movimento empreendedor no Brasil só começa a dar passos consistentes às vésperas do final do século XX. Dornelas (2005) afirma que o movimento do empreendedorismo no Brasil começou a ganhar notoriedade a partir da década de 1990. Anteriormente a isso, praticamente não se falava em empreender e em constituir novas empresas. Deve esta afirmação ao fato, segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2013), de que os ambientes político e econômico do país não favoreciam o empreendedorismo, e o empreendedor dificilmente encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora.

Outro fato que reforça a afirmação de Dornelas (2005) são os dados apresentados para a década de 80 sobre o mercado de trabalho Brasileiro onde, segundo o PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, observou-se uma elevada parcela de trabalhadores sem contrato formal de trabalho. Resumidamente qualificados como: sem carteira de trabalho, ou conta própria (não

contribuintes da Previdência). Em 1981, 28% da população trabalhista já estavam representados pelos trabalhadores informais (PNUD/1981). Ao final da década de 90 houve aumento de 10 pontos percentuais, alcançando 38%.

Esta literatura possui enormes pontos de definição de setor informal, bem como dificuldade com relação a definição do objeto de análise. Bastante dispersa e com pouca organização. A análise feita por Ramos (2002) reforça esta visão de que o aumento da informalidade estaria mais associado a um componente estrutural do que cíclico.

Há outra forma de entender o empreendedorismo. Podemos observá-lo como o estudo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à criação de um projeto técnico, científico ou empresarial. Segundo Mello, Leão e Paiva (2006, p.48) estas competências relacionam-se:

ao senso de identificação de oportunidades, à capacidade de relacionamento em rede, às habilidades conceituais, à capacidade de gestão, à facilidade de leitura, ao posicionamento em cenários conjunturais e ao comprometimento com interesses individuais e da organização.

Surge do termo empreendedor, aquele que cria, abre e conduz um negócio. “Empreender tem a ver com fazer diferente, antecipar-se aos fatos, implementar ideias, buscar oportunidades e assumir riscos calculados. Mais do que isso está relacionado à busca da auto realização” (DORNELAS, 2005, p. 13).

Já com visão mais voltada para a base da perspectiva econômica, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2014), entende como empreendedorismo qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente.

De forma geral, alguns autores defendem a ideia de que não existe consenso em relação ao tema do empreendedorismo (BOAVA; MACEDO, 2009; COLBARI, 2007), e que dar início a uma pesquisa sobre o assunto pode ser entendido como semelhante a entrar “em um bazar” no qual se encontra de tudo, para todos” (FILION, 1999, p.8).

Dentro deste contexto e definições sobre empreender, ou empreendedorismo, passamos a olhar com mais cuidado para o cenário Brasileiro, e não menos importante observar que há dois grupos bastante grandes e distintos

entre si, dos quais seus pesos em relação à variação de oportunidade e realização, sempre caminharam paralelas. Desde 2000, a partir da pesquisa anual realizada pelo GEM, passou-se a evidenciar quais seriam estes dois importantes atores, em muitos tipos de empreendedores, que chamam mais a atenção dos pesquisadores por refletirem situações as quais caminham a economia Brasileira. Estamos falando dos empreendedores por necessidade, e os empreendedores por oportunidade.

Sobre os tipos mais comuns de empreendedores Dornelas (2005, p.13) afirma:

A primeira seria o empreendedorismo de oportunidade, em que o empreendedor visionário sabe aonde quer chegar, cria uma empresa com planejamento prévio, tem em mente o crescimento que quer buscar para a empresa e visa à geração de lucros, empregos e riqueza. Está totalmente ligada ao desenvolvimento econômico, com forte coleção entre os dois fatores. A segunda definição seria o empreendedorismo de necessidade, em que o candidato a empreendedor se aventura na jornada empreendedora mais por falta de opção, por estar desempregado e não ter alternativas de trabalho[...]

Sobre estes dois atores, falaremos mais a seguir para evidenciar suas principais características e chances de sucesso.

2.1 Empreendedorismo por oportunidade.

Como já mencionado neste documento, Dolabela (2008) afirma que o empreendedorismo não é um tema moderno, e que sempre existiu desde a primeira ação humana inovadora. Esta afirmativa ajuda-nos a explicar uma forte característica do embrião inovar, como também empreender de forma oportuna.

A revolução industrial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX é o momento de explosão desta nova forma de relação humana de oferta e demanda, amadurecendo em poucos anos as muitas décadas de relação de consumo por meio direto. Devemos aqui entender como direto a relação bilateral entre o produtor e o consumidor final.

Segundo Rusconi (1992), observando a ascensão e estabelecimento das formas capitalistas da sociedade liberal com vínculos a um conjunto de comportamentos individuais e coletivos em relação à produção, à distribuição e ao

consumo dos bens é possível identificar no período entre 1760/80 a 1870/80 a característica empreendedora do capitalismo para outros modos históricos de produção, quais sejam: (a) existência da propriedade privada dos meios de produção onde há a necessidade do trabalho formal; (b) sistema de mercado baseado na iniciativa e na empresa privada; e (c) racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucros. Dado vistas a parte (c), eis que surge então pela primeira vez na história com as mesmas características observadas até hoje, ainda que sem explorar o termo “empreendedorismo”, o empreendedor por oportunidade.

Olhando para o empreendedor do passado, mas ainda enxergando suas características no presente, o empreendedor por oportunidade apresenta variações de acordo com suas competências e habilidades em relação com o espaço organizacional, onde captam estas oportunidades posicionando-se em cenários conjunturais. Destacamos então: (a) empreendedorismo como fomento tecnológico criando, desenvolvendo e gerindo empresas emergentes; (b) empreendedorismo como gestão. Inovando nas relações individuais; (c) empreendedorismo como estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentável, por meio de desenvolvimento de micros, pequenas e médias empresas (GARTNER, 1989).

Falar em empreender por oportunidade é o mesmo que, potencializar lucros por intermédio de uma “visão” ou “espírito” e tratar a ação de forma muitas vezes mais individual que coletiva (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), ainda mais quando falamos em países em desenvolvimento, onde as taxas de empreendedorismo por oportunidade podem refletir o “lado positivo” da atividade empreendedora nestas nações. Essa porção de empreendedores é aquela que iniciou sua atividade para melhorar sua condição de vida ao observar uma oportunidade para empreender com suas experiências de formação acadêmica, ou pelo conhecimento empírico adquirido a partir de suas atividades ora desempenhadas.

O Brasil, segundo resultado da pesquisa GEM 2014, está no topo da lista dos países mais empreendedores do mundo. Chegou a tal patamar escalando posições ao longo dos anos e ficando a frente, inclusive, de países como China e Estados Unidos. Segundo Dornelas, podemos indagar: “Mas, o que significa ficar em

primeiro, sexto ou vigésimo lugar nesse ranking? A criação de empresas por si só não leva ao desenvolvimento econômico, a não ser que esses negócios estejam focando oportunidades no mercado”. (DORNELAS, 2005 p. 28).

Segundo recentes resultados preliminares da pesquisa GEM em 2014, a proporção de empreendedores por oportunidade em relação à Taxa de Empreendedores Iniciais (TEA), no Brasil foi de 70,6%. Isso mostra que, do total de empreendedores brasileiros em 2014, 70,6% o foram por oportunidade. Essa proporção observada no Brasil em 2014 pode ser considerada tecnicamente igual à proporção de 2013 (71%). Vide tabela 1.

Tabela 1 - Proporção de empreendedores por oportunidade

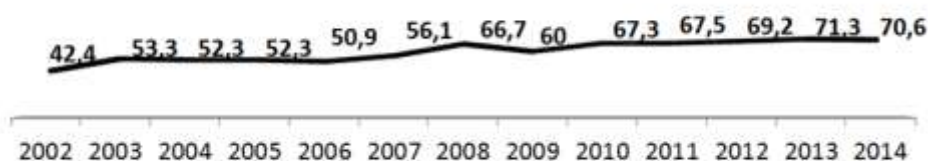
Motivação	Brasil
Taxa de oportunidade (%)	12,2
Taxa de necessidade (%)	5
Oportunidade como percentual da TEA (%)	70,6
Razão oportunidade / necessidade	2,4

Fonte: GEM Brasil 2014

Em termos gerais, observa-se que a proporção de empreendedores por oportunidade na composição da TEA do Brasil vem apresentando pequenas variações de 2010 a 2014.

Ainda que em 2013 verificássemos o primeiro recorde de empreendedores por oportunidade (GEM 2013), a Taxa Total de Empreendedores (TTE) em 2014 foi de 34,5%, cerca de 2% maior do que a de 2014. No último triênio, o aumento do número de empreendedores no país foi de quase dez pontos percentuais (GEM 2014). Vide gráfico 1.

Gráfico – 1 – Evolução da atividade empreendedora segundo a oportunidade como percentual do TEA – Brasil 2012-2013



Fonte: GEM Brasil 2014

O GEM pesquisou o conhecimento sobre o processo de abertura de novos negócios, oportunidades e capacidades percebidas, além do medo do fracasso. Também foram pesquisados os desejos e sonhos dessas pessoas, particularmente o desejo de possuir o seu próprio negócio.

No Brasil, Observa-se que em 2014, 37,7% dos indivíduos afirmaram conhecer quem abrira um novo negócio nos últimos dois anos. Esse percentual é maior que em 2012 (33,7%), mas não difere de 2013.

Já à percepção de boas oportunidades para começar um negócio novo nos próximos seis meses, em 2014, 55,5% da população respondeu positivamente, dado percentual superior aos de 2012 (50,2%) e de 2013 (50,0%). 50% dos indivíduos afirmam possuir conhecimento, habilidade e experiência necessários para começar um novo negócio. Nesse item houve redução, quando comparado com 2012 (54,0%) e 2013 (52,1%).

Para o medo do fracasso, 60,9% da população entrevistada em 2014 não se sentiriam impedidas de se envolver na criação de um novo negócio, percentual menor a 2012 (64,5%), mas superior a 2013 (57,3%).

Bem, todos estes dados estão postos para resumir que 3 em cada 10 Brasileiros, entre 18 a 64, possuem um empresa, ou estão de alguma forma envolvidos na abertura de um novo negócio, mas ainda que possamos comemorar os resultados, não devemos acreditar que tudo está encaminhado. Isto porque a pesquisa GEM também mostra as fragilidades desta posição, principalmente nos itens inovação.

Mesmo com todos os investimentos, através de instituições ligadas ao sistema "S" (Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar, Sest, Senat, Sescop), a pesquisa mostra as fragilidades para o grau de instrução e preparo para o negócio dos novos empresários Brasileiros.

2.2 Empreendedorismo por necessidade

Como vimos na Seção 2 deste trabalho, a pesquisa realizada pelo PNUD em 1981, revelou que na década de 1980, cerca de 28% da população trabalhista estavam representados pelos trabalhadores informais, e que ao final da década de 90 este percentual havia crescido 10%, chegando então a 38% de toda a população trabalhista.

Não por acaso, o Brasil aparece pela primeira vez, nas primeiras pesquisas desenvolvidas pelo GEM (1999/2000), como o país mais empreendedor do mundo, onde desde então o figuramos entre as nações mais empreendedoras do mundo. Mas por que o Brasil em apenas uma década conseguiria tamanho resultado? Teríamos uma notícia consistente de desenvolvimento e incremento econômico? A pesquisa também revelaria que um grande percentual desta amostragem, estava repleto de empreendedores que iniciaram suas atividades empresariais porque a situação em que se encontram os levaram a empreender pela necessidade de se manterem. Olhando por este aspecto é fácil observar que a taxa de empreendedorismo por necessidade reflete muito mais a busca de alternativas que possibilitem aos indivíduos sua subsistência, que a geração de riqueza, ou sonho do próprio negócio. É exatamente por esse motivo que é mais visualizado em países que ainda se encontram em estágio de desenvolvimento econômico e, principalmente, social.

Amadeo, Barros, Camargo, Gonzaga e Mendonça (1994), trazem uma importante visão da informalidade no Brasil nos anos 80 e 90, em sua obra "*A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*", apoiada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. A obra nos mostra que após período de aparente estabilidade entre 1983 e 1989, o mercado de trabalho brasileiro demonstra, a partir de 1990, uma elevação sem registros anteriores no grau de informalidade, fruto tanto do aumento da porção de trabalhadores por conta própria, quanto dos sem carteira de trabalho assinada. Esta tendência de crescimento do mercado informal se manteve durante toda a década de 90 e foi em números maior que o processo de informalização que ocorreu no período de crise econômica dos três primeiros anos da década de 1980, o que sugere que esta expansão não deve ser explicada como um fenômeno apenas cíclico (AMADEO et al., 1994).

Ramos (2002) produz uma análise que reforça a visão de que o crescimento da informalidade estaria relativamente mais associado a um componente estrutural do que cíclico. O autor atenta para as significativas mudanças na formação setorial da ocupação ocorrida no mercado de trabalho urbano durante a década de 90, e em particular a notória expansão do setor de serviços, bem como a contração da indústria de transformação. Estes dois mercados de trabalho seriam

suficientes para justificar, e elevar o grau de empreendedores por necessidade no mercado de trabalho, por ser um setor marcado pelo alto grau de informalidade (o setor de serviços), somado a retração de um setor mais intensivo em postos de trabalho formais (a indústria de transformação).

Diferente dos empreendedores por oportunidade, os dados da informalidade, tendendo a necessidades dos trabalhadores informais na busca do empreendedorismo como subsistência, mostra que o despreparo e a falta de conhecimento podem levar ao insucesso. No que diz respeito à escolaridade dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, há um consenso nos resultados encontrados pela literatura nacional de que estes apresentam, em média, menos anos de estudo do que os assalariados formais (BARROS; MELLO; PEDRO, 1993).

A pesar da recente evolução, e até mesmo inversão nas posições entre empreendedores por oportunidade e necessidade, a partir de 2010 (GEM 2010), historicamente, o índice de empreendedorismo por oportunidade no país tem estado abaixo do empreendedorismo por necessidade. Segundo Dornelas (2005), este cenário tem contribuído para elevar o índice de mortalidade de empresas, haja vista que a formação por si só não garante a passos firmes o arranque para o desenvolvimento econômico pelo empreendedorismo, a menos que esses negócios estejam focados em oportunidades no mercado. Desta forma, a atividade empreendedora é vista diferentemente do empreendedorismo por oportunidade, como o lado “negativo” da força.

Cabe este “título” porque os empreendedores por necessidade não detêm informações de mercado e, nem sempre, têm experiência na área em que desejam atuar. Além disso, podem não dispor de recursos e de apoio financeiro, além de não possuir formação e informações suficientes sobre a atividade empreendedora.

No Brasil, tornar-se um empreendedor de sucesso não é uma tarefa tão fácil, principalmente porque o empreendedor além de superar os desafios do mercado, precisa transpor a excessiva carga tributária, a burocracia, a lentidão da justiça, a dificuldade em encontrar mão de obra qualificada, dentre muitos outros fatores.

3 Políticas Públicas e o empreendedorismo

Ao analisar Políticas Públicas e o empreendedorismo é importante entender, bem como saber diferenciar, o que são as políticas públicas de empreendedorismo e o que são políticas públicas para as Micros e Pequenas Empresas (MPEs). Políticas voltadas para as MPEs envolvem programas que apoiam o empreendedor no seu “momento empresarial”, que pode ser ilustrado por diversas razões, como efeitos macroeconômicos positivos de geração de empregos.

Já as políticas públicas de empreendedorismo objetivam fomentar empreendedores reconhecidamente inovadores que possam produzir um alto impacto no crescimento econômico, contribuindo para o movimento da economia com serviços e produtos com maior apreço (HENREKSON; STENKULA, 2009).

Para atingir o grau de Inovação, é preciso percorrer o caminho da qualificação do empreendedor, e isto sem dúvida alguma deveria passar pela escola como base de preparação de novos empreendedores. O aumento de referências à “educação e capacitação” como fator decisório deve-se à inserção de matérias que possam contribuir para o desenvolvimento da decisão de empreender com eficácia e eficiência chegar nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

Gráfico 2 - Relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico e acordo com estágio de desenvolvimento de Porter (1998)



Fonte: Ács e Szabó (2009:351).

O acesso à educação superior através do Programa de Financiamento estudantil (FIES), pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) e qualificação técnica pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

(Pronatec), também contribuem para a percepção positiva do fator “educação e capacitação” como condição “amigável”.

Por outro lado, a estrutura tradicional de ensino que prevalece no Brasil direciona os alunos para a conquista do sucesso profissional através de empregos no setor público, ou privado, e em sua maioria esmagadora refuta o empreendedorismo como alternativa de carreira, por associá-la a atividades de baixo impacto e alto risco. A baixa qualidade da educação também é percebida como fator que restringe o potencial de crescimento das empresas brasileiras, justificando o baixo valor agregado dos produtos e a não integração com qualquer tipo de inovação.

Outras duas fontes de conhecimento e apoio aos novos empreendedores, sejam os de oportunidade, ou os de necessidades, que desejam se qualificar e deixar a informalidade, são o Sebrae e o Senai. Estas duas instituições têm contribuído sobre maneira para o desenvolvimento de conhecimentos voltados às oportunidades e aos desafios da jornada empreendedora.

De 1972 até hoje, o principal incentivador as MPEs, continua sendo o Sebrae. A entidade apoia as empresas com cursos, palestras, treinamentos, promoção de feiras de negócios, publicações e consultoria.

Em entrevista para o Jornal o Estado de São Paulo (2014), com repercussão em vários meios de comunicação e divulgação, o então presidente do Sebrae, Luiz Barretto, afirma que o recorde de empreendedores no Brasil é consequência do aumento do número de formalizações nos últimos anos e da melhoria do ambiente legal, com a criação e ampliação do Supersimples - regime simplificado de cobrança de tributos para empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões, onde estão reunidos oito impostos federais, estaduais e municipais em uma só cobrança. Além desta vantagem há ainda a redução de cerca de 40% na carga tributária quando comparada a tributação convencional.

Mesmo em meio a avanços nos investimentos para a emancipação do empreendedorismo no Brasil para fortalecer as oportunidades de negócio e reduzir os negócios por necessidade, de forma geral, as políticas públicas historicamente não elegiam como principais atores as MPEs, sejam nos períodos das substituições da industrialização e das importações entre 1950 a 1970, ou pela crise econômica da década de 1980, até o neoliberalismo econômico da primeira metade da década

de 1990. Isto viria a mudar muito tardiamente, em 2010, com a Lei voltada para os micros e pequenos empreendedores individuais.

Em 2009 foi votada e sancionada a mudança na Lei Geral do Microempreendedor, com aplicação legal em 2010, já como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, oficializando o trabalhador conhecido como informal, por conta própria, ou de necessidade, em um Microempreendedor Individual (MEI), com direito a posse de CNPJ e todas as demais vantagens que a formalidade empresarial pode oferecer.

O MEI também já foi incluído no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Ele terá como despesas o pagamento mensal de R\$ 39,40 (INSS), acrescido de R\$ 5,00 (para prestadores de serviço), ou R\$ 1,00 (para comércio e indústria) por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), uma guia de recolhimento emitida através do Portal do Empreendedor. Além disso, o MEI tem direito aos benefícios previdenciários, como auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, entre outros.

4 CONCLUSÃO

Este material permitiu trazer à compreensão, os fatores históricos da origem do empreendedorismo, desmistificando-o como modismo, ou tendência e apresentando os principais atores empreendedores encontrados no Brasil. Também foi apresentada a evolução e as condições que temos encontrado em nosso país que viabilizam, ou não, o fomento e desenvolvimento de boas e robustas práticas para a formação e consolidação dos micros, pequenos, médios e grandes empreendedores Brasileiros.

Ainda que o Brasil tenha avançado nas últimas três décadas no cenário empreendedor, somos uma nação tardia em desenvolvimento empresarial e vulnerável as oscilações políticas e econômicas, bem como de investimentos na educação para a boa formação de empreendedores de sucesso não de subsistência, fruto da informalidade.

Vimos que países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, estão aprendendo a ver na atividade empreendedora uma fonte de produção de riqueza e avanço econômico-social. O assunto começa a se tornar notório e passou a chamar a atenção dos estudiosos para um problema crescente e de forte impacto no desenvolvimento – o elevado índice de falências. Fatores além de econômicos que justificam esta realidade são as deficiências na educação básica da população, seja no encorajamento, ou na formação para viabilizar o correto planejamento antes de constituir a empresa, como também a fragilidade e tardio incentivo nos investimentos para a emergente classe empreendedora que surge ano a ano.

As altas taxas de desemprego, entre outros fatores, têm feito com que muitas pessoas busquem o empreendedorismo como uma alternativa de subsistência. A problemática dessa situação é que a atividade empreendedora por si só não gera riquezas e desenvolvimento ao país, como afirmou Dornelas (2005), muito pelo contrário, o empreendedorismo por necessidade é considerado o lado negativo da prática empreendedora, não contribuindo com o movimento econômico e de geração de riquezas.

No Brasil, carregar o “título” de empreendedor de sucesso não é uma tarefa fácil, principalmente porque o empreendedor além de ter de suplantar os desafios do mercado, deve superar a excessiva carga tributária, a burocracia, a lentidão da justiça, a dificuldade em encontrar mão de obra qualificada.

Mas para o Brasil, o empreendedorismo é uma solução? Pelo estudo apontado podemos observar que é uma variável de muito potencial, mas qualificaria prejudicado pela má gestão pública de governos em todas as esferas e pela falta de investimentos duradouros, não de momento ou governo, que possam dar subsídio ao crescimento sustentado pela atividade empreendedora inovadora.

Ainda no questionamento anterior. Podemos elencar um primeiro debate concentrado no importante papel das micros, pequenas e médias empresas na geração de empregos, crescimento econômico, redução das desigualdades sociais e avanço na inovação. A hipótese schumpeteriana (inovação, o empresário e a criação de crédito) apresentada, tem sido observada por diversos autores (HOLTZ-EAKIN; KAO, 2003), que apontam para a boa correlação entre o crescimento da economia e a incidência da atividade empreendedora, para o aumento do emprego, diminuição da desigualdade social, desenvolvimento do ciclo produtivo das empresas e

iniciativas de sustentabilidade. Por outro lado, Van Stel, Carree e Thurik (2005), em estudo com 36 países, notam que a atividade empreendedora tem efeito positivo em economias maduras e negativo em países pobres, ou em desenvolvimento. Na mesma linha, diversos trabalhos, Beck, Demirguç-Kunt e Levine (2005) apontam que não há evidências conclusivas da relação entre atividade empreendedora e crescimento econômico, dadas as muitas variáveis encontradas na formação de cada país.

Já para o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2009) fica claro que a preocupação fundamental na fase de amadurecimento do empreendedorismo em um país é proveniente de serviços básicos de infraestrutura como: educação, fatores econômicos e saúde. Em suma, através de avanços no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. À medida que o país ganha estabilidade econômica e infraestrutura, passa a se notar uma relação positiva entre crescimento econômico e atividade empreendedora (LUNDSTROM; STEVENSON, 2005).

Desta forma, o artigo contribui com a literatura de empreendedorismo e políticas públicas, demonstrando o fator histórico, social, político e econômico e as divergências e convergências entre figurar entre os países mais empreendedores do mundo.

Undertake in Brazil: the necessity to the dream. Historical, political, social and economic factors.

ABSTRACT

This study aims to present the entrepreneurial origin, evolution and re-invention over the centuries, related to Brazil, and its conjuncture problems. It's sought as a method, reading several renowned authors and subject matter experts, bringing from exploratory research about his works, opinions, insights and conclusions about the topic. For this was presented the explanations from the term entrepreneurship analysis and correlations that can be made to justify advances, or not, in the economy of a country, or even the lack of correlation between entrepreneurship and development of a country. Although Brazil is a nation that is among the most enterprising countries in the world, the pathways by which lead us to this level are not secure and still full of vulnerabilities, especially from an educational point of view to creating the foundations of knowledge about this universe of choices, and the bases of that education will form the entrepreneurs.

Key words: Entrepreneurship. Entrepreneurs. Opportunity. Necessity. Brazil.

REFERÊNCIAS

AMADEO, E. et al. *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*. IPEA, Série Seminários, 1994.

BARROS, R.P.; MELLO, R.; PERO, V. "Informal Labor Contracts: a solution or a problem?". IPEA, Texto para Discussão, n.291, 1993

BECK, Thorsten; DEMIRGUÇ-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. *SMEs, growth and poverty*. NBER Working Paper Series, 11224. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2005. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/228315177_Smes_Growth_and_Poverty> Acesso em: 20 março 2015.

BOAVA, D.; MACEDO, F. *Sentido axiológico do empreendedorismo*. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, São Paulo, SP, Brasil, 33, 2009.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Brasil é o primeiro em ranking de empreendedorismo. Entrevista com Luiz Barretto. Disponível em: <<http://www.gestaoeinovacao.com/brasil-e-o-primeiro-em-ranking-de-empreendedorismo/>> Acesso: 20 maio 2015.

COLBARI, A. L. *A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira*. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, v.1, n.1, p. 75-111, 2007.

DOLABELA, F. *O Segredo de Luísa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FILION, L. *O empreendedorismo como tema de estudos superiores. Palestra proferida no Seminário A Universidade Formando Empreendedores*, Brasília, DF, Brasil, 1999.

FONTENELE, R. E. S.; MOURA, H. J.; LEOCÁDIO, A. L. *Capital humano, empreendedorismo e desenvolvimento econômico: evidências empíricas nos municípios do Ceará*. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 34, 2010.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM 2008. *Empreendedorismo no Brasil 2008*. Curitiba: IBQP, 2009. 160 p. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/Pesquisa-GEM:-empreendedorismo-no-Brasil-e-no-mundo,destaque,9>. Acesso em: 04 maio 2015.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM Reports: 1999-2014. Disponível em <<http://www.gemconsortium.org/>>. Acesso em: 11 maio 2015.

GARTNER, W. "Who is an entrepreneur?" *Is the wrong question*. Entrepreneurship Theory and Practice, v.13, n.4, p. 47-68, 1989.

HENREKSON, Magnus; STENKULA, Mikael. *Entrepreneurship and public policy*, IFN Working Paper no 804, 2009.

HOLTZ-EAKIN, Douglas; KAO, Chihwa. *Entrepreneurship and economic growth: the proof is in the productivity*. Center for Policy Research Working Paper No. 50. Nova York: Syracuse, 2003.

Lei geral do microeempreendedor. Disponível em:<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Conhe%C3%A7a-oObservat%C3%B3rio-da-Lei-Geral-da-Micro-e-Pequena-Empresa>>. Acesso: em 06 abr. 2015.

LEITE, E. S.; MELO, N. M. *Uma nova noção de empresário: a naturalização do 'empreendedor'*. *Revista de Sociologia Política*, 16(31), 35-47, 2008 doi: 10.1590/S0104-44782008000200005

LUNDSTROM, Anders; STEVENSON, LOIS A. *Entrepreneurship policy*. Theory and practice. Nova York: Springer, 2005.

MELLO, S. C. B.; LEÃO, A. L. M. S.; PAIVA, F. G., Jr. *Competências Empreendedoras de dirigentes de empresas brasileiras de médio e grande porte que atuam em serviços da nova economia*. *Revista de Administração Contemporânea*, v.10, n. 4,p. 47-69, 2006. doi: 10.1590/S1415- 65552006000400003

OGBOR, J. O. *Mythicizing and reification in entrepreneurial discourse ideology-critique of entrepreneurial studies*. *Journal of Management Studies* 37(5), 605-635, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 04 de maio 2015.

RAMOS, L. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. IPEA, texto para discussão n. 914, 2002

RUSCONI, G. *Capitalismo*. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB. 1992. p. 141-148, 1992.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE (2013). Disponível em<<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 04 maio 2015.

TASIC, I. A. B.; ANDREASSI, T. *Estratégia e empreendedorismo: decisão e criação sob incerteza*. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31, 2007.

VAN STEL, Andre; CARREE, Martin; THURIK, Roy. The effect of entrepreneurial activity on national economic growth. *Small Business Economics*, v. 24, n. 3, p. 311-321, 2005.